

A telemedicina se consolidou na crise e será a tendência na saúde no mundo pós-pandemia. O instrumento funcionará como importante alavanca para ampliação do acesso da população a diagnósticos e à assistência e também permitirá maior eficiência nos tratamentos.

“Nesse período de isolamento, a telemedicina tornou-se uma solução viável, amigável, como ferramenta de ajuda e suporte para manter as pessoas em tratamento e acompanhamento. Reduziu idas desnecessárias aos prontos-socorros e orientou os pacientes, inclusive aqueles com suspeita de covid-19”, afirmou o presidente da FenaSaúde, João Alceu Amoroso Lima.

Ele participou do webinar “Produtos de Seguros Pós-Covid-19: Adaptação ou Revolução?”, promovido nesta manhã (13/5) pela Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg).

A telemedicina tem se espalhado rapidamente em várias de suas modalidades, seja teleconsulta, telemonitoramento, teleinterconsulta (entre dois profissionais de saúde), teletriagem e telediagnóstico, entre outros. “Por pressão da sociedade, em razão da pandemia, finalmente a telemedicina, em formato de teleconsulta, acabou sendo regulamentada pelo Conselho Federal de Medicina, mesmo que por prazo determinado”.

As operadoras evoluíram nos últimos meses na implantação de soluções tecnológicas para viabilizar a telemedicina nos seus mais variados formatos, avalia Amoroso Lima, que também é vice-presidente do grupo NotreDame Intermédica. “Certamente haverá um processo de ajuste, com erros e acertos, dos pontos de vista regulatório, da ética médica. Mas acho que a telemedicina veio para se consolidar”.

Além da telemedicina, o presidente da FenaSaúde apontou o home office como tendência que ganha força na atualidade. “Terá impacto significativo na organização das empresas, na forma como nos relacionamos e trabalhamos”. Outra mudança decorrente da pandemia são as soluções digitais de interação entre beneficiários, operadoras e suas respectivas redes de atendimento: “Está claro o salto que o sistema privado está dando neste momento em seu processo de digitalização”.

Junto com o presidente da FenaSaúde, também participaram do webinar o presidente da CNseg e diretor-presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta (Fenaseg), Marcio Coriolano; o presidente da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg) e CEO da Chubb Seguros Brasil, Antonio Trindade; o presidente da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi) e presidente da Bradesco Vida e Previdência e da Bradesco Capitalização, Jorge Nasser; e o presidente da Federação Nacional de Capitalização (FenaCap) e diretor comercial da Brasilcap Capitalização, Marcelo Farinha.

Em sua participação no webinar, Amoroso Lima também chamou atenção para “mitos e desinformações” que têm prejudicado a compreensão de aspectos envolvendo a saúde suplementar, a começar pela proposta de gestão de leitos privados pelo SUS. “Somos fortemente contra essa medida, porque ela vai desorganizar o sistema privado, que, apesar de todos os desafios, está funcionando bem”. Segundo Amoroso Lima, faltam ao país sistemas de tecnologia, processos, critérios, parâmetros de remuneração e sistemas de monitoramento de leitos para implantar a iniciativa de maneira adequada e eficaz.

Outro risco surgido na pandemia são projetos legislativos que, em geral, buscam manter as coberturas em caso de não pagamentos pelos contratantes. São, avalia ele, iniciativas que, no fim das contas, mais prejudicariam do que protegem a sociedade. “Se há um setor que temos de manter a capacidade operacional é o de saúde. De 85% a 90% das receitas das operadoras são repassadas à cadeia produtiva, em especial hospitais. Redução de receitas leva a um efeito dominó para toda a cadeia produtiva da saúde”.

Esta foi uma das razões pelas quais as associadas à FenaSaúde não aderiram ao termo de compromisso proposto pela Agência Nacional de Saúde Suplementar para liberar o acesso às reservas e provisões técnicas mantidas pelas operadoras: “As operadoras, seguindo normas de governança e de responsabilidade, julgaram que o risco de inadimplência poderia gerar um impacto negativo muito maior do que o próprio benefício da utilização parcial das reservas”.

[Assista aqui à íntegra do webinar](#)

Fonte: FenaSaúde, em 15.05.2020